fiel, sem prejuízo de a gerência a poder deslocar para outro local, dentro do mesmo concelho ou concelhos limítrofes.

2.º

A sociedade tem por objecto o engarrafamento de vinhos e seus derivados e sua comercialização.

3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos, dividido em três quotas, uma de duzentos mil escudos pertencente ao sócio Agostinho Fernando Vasconcelos Pinto Lopes e duas de cem mil escudos, pertencentes uma a cada um dos sócios Fernando Jorge Rodrigues Pinto Lopes e António José Rodrigues Pinto Lopes.

4.º

1 — A gerência social, remunerada ou não conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por todos os sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é suficiente a assinatura de qualquer é dos gerentes.

3 — Nos poderes normais da competência da gerência, incluem-se os de:

- a) Tomar de arrendamento quaisquer locais para a sociedade, alterar ou rescindir os respectivos contratos;
- b) Comprar, vender e permutar veículos automóveis de ou para a sociedade assinando os respectivos contratos;
- c) Adquirir por trespasse quaisquer estabelecimentos comerciais ou industriais;
- d) Confessar, desistir e transigir em juízo.

5.º

A cessão de quotas é livremente permitida entre os sócios. A favor de estranhos carece do consentimento da sociedade, sendo a esta em primeiro lugar e depois aos sócios não cedentes reconhecido o direito de preferência com eficácia real a exercer pelo valor do último balanço aprovado.

6.º

No caso de penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial de qualquer quota, a sociedade poderá amortizá-la, pelo valor do último balanço aprovado, devendo o pagamento ser feito numa ou mais prestações, sem juros, e no prazo máximo de dois anos, após a fixação definitiva da contrapartida.

7.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas, com aviso de recepção, com a antecedência mínima de 15 dias, salvo os casos em que a lei exija formalidades especiais de convocação.

Disposição transitória

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade, para o que a gerência é correspondentemente autorizada a celebrar quaisquer negócios jurídicos em nome da mesma bem como a proceder ao levantamento das entradas depositadas, para fazer face às despesas com a constituição, registos e investimento.

Conferida, está conforme.

6 de Fevereiro de 1995. — O Segundo-Ajudante, *Artur Alberto de Oliveira Araújo*. 3000220773

PORTO — 2.ª SECÇÃO

VAZ & TEIXEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 48 860; identificação de pessoa colectiva n.º 502501243; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 7/950907; pasta n.º 7190.

Certifico que pela acta n.º 10 realizada em 4 de Setembro de 1995, referente à sociedade em epígrafe, cessou a função de gerente Paula Cristina Pinto Vaz, por destituição.

É o que cumpre certificar.

12 de Janeiro de 1996. — O Ajudante Principal, *José Guilherme Cerqueira Martins*. 3000220657

VAZ & TEIXEIRA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 48 860; identificação de pessoa colectiva n.º 502501243; averbamento n.º 3 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/950907; pasta n.º 7190.

Certifico que pela escritura lavrada em 9 de Junho de 1995 no 4.º Cartório Notarial do Porto, referente à sociedade em epígrafe, cessou a função de gerente António Jorge de Oliveira Teixeira, por renúncia.

12 de Janeiro de 1996. — O Ajudante Principal, *José Guilherme Cerqueira Martins*. 3000220656

SÓ NOVIDADES — BOUTIQUE DE PRENDAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 50 594/930608; identificação de pessoa colectiva n.º 503018007; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 1/950821; pasta n.º 11 522.

Certifico que, por escritura de 31 de Janeiro de 1994, lavrada no 1.º Cartório Notarial do Porto, foram alterados os artigos 3.º e 5.º e seu § único do contrato da sociedade em epígrafe, os quais passaram a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de um milhão e quinhentos mil escudos e está dividido em duas quotas iguais de setecentos e cinquenta mil escudos cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Fernando Guilherme Ferreira Boulhosa e Isménia de Lurdes da Costa Silva Boulhosa.

ARTIGO 5.º

A gerência da sociedade, remunerada ou não, fica afecta à sócia Isménia de Lurdes da Costa Silva Boulhosa e a quem mais vier a ser nomeado gerente em assembleia geral.

§ único. Para obrigar a sociedade em todos os seus actos e contratos é suficiente a assinatura de um gerente.

O texto completo e actualizado do contrato encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme.

28 de Dezembro de 1995. — A Ajudante, *Maria Lopes de Oliveira*. 3000220655

SÓ NOVIDADES — BOUTIQUE DE PRENDAS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 2.ª Secção. Matrícula n.º 50 594/930608; identificação de pessoa colectiva n.º 503018007; inscrição n.º 7; número e data da apresentação: 2/950821; pasta n.º 11 522.

Certifico que, pela acta n.º 1, de 16 de Fevereiro de 1994, Fernando Guilherme Ferreira Boulhosa foi designado gerente.

É o que me cumpre certificar.

28 de Dezembro de 1995. — A Ajudante, *Maria Lopes de Oliveira*. 3000220649

SANTO TIRSO

FRANCISCO FERNANDES RIBEIRO & FILHOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 218/650511; identificação de pessoa colectiva n.º 500573972; inscrição E-7; número e data da apresentação: 29/950428.

Certifico que o aumento de capital e alteração do contrato cujo registo supra se menciona é do teor seguinte:

No dia 5 de Abril de 1995, no 1.º Cartório Notarial de Santo Tirso, perante mim, licenciado José Carlos de Abreu e Castro Gouveia Rocha, notário do Cartório, compareceram como outorgantes:

1.º José Adelino Ferreira Ribeiro, contribuinte n.º 157474267, casado em comunhão geral de bens com a segunda outorgante, natural da freguesia de São Martinho do Campo, deste concelho, onde reside no lugar de Vale.

2.º Maria Arminda Neto da Silva Ribeiro, contribuinte n.º 157474275, casada com o outorgante anterior com quem reside e natural da freguesia e Vila das Aves, deste concelho.

Verifiquei as suas identidades por conhecimento pessoal.

E por eles foi dito:

Que são os únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada sob a firma Francisco Fernandes Ribeiro & Filhos, L.ª, com sede no lugar do Vale, dita freguesia de São Martinho do Campo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho sob o n.º 218, pessoa colectiva n.º 500573972, com o capital social, integralmente realizado, de vinte e seis milhões de escudos, no qual o primeiro outorgante José Adelino Ferreira Ribeiro possui uma quota do valor nominal de vinte e quatro milhões de escudos e a segunda outorgante Maria Arminda Neto da Silva Ribeiro uma quota do valor nominal de dois milhões de escudos.

Que, pela presente escritura, deliberam elevar o capital social para cinquenta milhões de escudos, mediante o reforço de vinte e quatro milhões de escudos, integralmente realizado em dinheiro, subscrevendo o primeiro outorgante a importância de vinte e dois milhões de escudos e a segunda outorgante a importância de dois milhões de escudos, pelo que o sócio José Adelino Ferreira Ribeiro passa a ser titular de uma quota do valor nominal de quarenta e seis milhões de escudos e a sócia Maria Arminda Neto da Silva Ribeiro, de uma quota do valor nominal de quatro milhões de escudos.

Que o montante do aumento já deu entrada na caixa social, não sendo exigível por lei, contrato ou deliberação a realização de outras entradas.

Que alteram os artigos 3.º, 5.º e 9.º do pacto, os quais passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de cinquenta milhões de escudos, representado por duas quotas: uma do valor nominal de quarenta e seis milhões de escudos do sócio José Adelino Ferreira Ribeiro e outra do valor nominal de quatro milhões de escudos da sócia Maria Arminda Neto da Silva Ribeiro.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá exigir dos sócios a realização de prestações suplementares de capital até ao montante global de cem milhões de escudos.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de 20 dias.

Assim o disseram e outorgaram.

Foi depositado o texto completo do contrato alterado na sua redacção actualizada.

22 de Dezembro de 1995. — O Ajudante, *Anibal Manuel da Costa Martins*.
3000220616

VILA DO CONDE

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE AVELEDA

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 00003/020619; identificação de pessoa colectiva n.º 501412689; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 3/19062002.

Estatutos

CAPÍTULO I

Nome, sede e afins

ARTIGO 1.º

A Associação continua a adoptar a designação Associação Recreativa e Cultural de Aveleda, tem a sua sede no lugar de Aveleda, da freguesia de Aveleda, concelho de Vila do Conde é a sua criação conta-se a partir de 10 de Março de 1957, data da aprovação dos Estatutos, com parecer aprovado pelo alvará n.º 35, de 13 de Janeiro de 1958, do Governo Cível do distrito do Porto.

ARTIGO 2.º

Constitui sede da Associação todo o imóvel onde se desenvolvem todas as actividades desta.

§ único. A sede só pode ser frequentada pelos associados, salvo nos espectáculos ou festas anunciadas para sócios e familiares que com eles convivam.

ARTIGO 3.º

1 — Proporcionar nas instalações apropriadas da sua sede um local de convivência.

2 — Realizar diversos divertimentos tais como leituras de jornais, récitas, jogos lícitos, projecção de filmes, bailes e festas.

3 — Promover a realização de torneios inter-sócios e associações congéneres de damas, xadrez, ténis de mesa, cartas, dominó, bilhar e outros divertimentos que se venham a criar.

4 — Promover actualmente:

a) Um passeio de convívio;

b) Uma festa de Natal para os filhos dos associados e simultaneamente a realização de exposição e concurso de desenhos, pinturas ou trabalhos manuais executados pelos mesmos;

c) Urna festa de aniversário da Associação;

d) Pelo menos a representação de uma peça teatral pelo Corpo Cénico da Associação;

5 — Promover e fomentar a valorização cultural dos associados e seus filhos pelo ensino das artes do teatro, de música e do canto.

CAPÍTULO II

Categoria de associados e sua admissão

ARTIGO 4.º

Haverá quatro categorias de associados:

a) Efectivos — As pessoas de ambos os sexos maiores de dezoito anos, que gozando de boa reputação, e idoneidade moral como tal forem admitidos pela Direcção;

b) Beneméritos — Os que tenham contribuído para a Associação com importantes donativos em dinheiro ou outros valores, superiores a cinco mil escudos, ou paguem uma quota mensal ou anual superior ou igual ao dobro da quota estipulada para os sócios efectivos respectivamente;

c) Honorários — Os que hajam prestado à Associação altos e excepcionais serviços ou aqueles que durante pelo menos 40 anos se dedicarem devotadamente à causa da Associação;

d) Menores — Os indivíduos de ambos os sexos com mais de catorze e menos de dezoito;

§ único. A admissão dos efectivos e menores compete à direcção e os das restantes categorias à assembleia geral.

ARTIGO 5.º

Os efectivos serão admitidos mediante proposta assinada por um associado que se encontre na plenitude dos seus direitos.

1 — As propostas dos menores deverão ser assinadas pelos respectivos pais ou tutores ou acompanhadas do respectivo documento de autorização;

2 — As propostas estarão afixadas na sede durante oito dias antes de serem apreciadas, para que os associados as possam conhecer e prestar quaisquer informações que possam ser levadas em conta na admissão ou rejeição da proposta.

3 — Das propostas constarão: nome, data de nascimento, profissão, estado, filiação, naturalidade e residência.

CAPÍTULO III

Direitos e deveres dos associados

ARTIGO 6.º

1 — Tomar parte nas assembleias gerais;

2 — Ser eleito para os corpos gerentes;

3 — Requerer, conjuntamente com um mínimo de vinte associados a convocação de sessões extraordinárias da assembleia geral com indicação rigorosa e pormenorizada dos assuntos a tratar. A sessão só poderá ter lugar se estiver presente a maioria dos requerentes, sendo as despesas da mesma custeadas por estes em caso de deliberação desfavorável.

4 — Recorrer dos actos dos corpos gerentes para a assembleia geral.

5 — Frequentar e participar em todas as actividades destinadas aos associados,

6 — Frequentar a sede nas horas regulamentares,

7 — Examinar os livros e documentos.

8 — Propor a admissão de novos associados.

9 — Receber gratuitamente um exemplar dos estatutos, regulamentos e cartão de identidade no acto da admissão.